UNIÃO BRASILEIRA DE VIDROS S.A.

C.N.P.J. 60.837.689/0001-35

Relatório da Diretoria

Senhores acionistas, em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, submetemos à vossa apreciação as demonstrações financeiras condensadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Colocamo-nos ao inteiro dispor de V.Sas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. São Paulo, 16 de março de 2018

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 - (Valores expressos em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota explicativa	2017	2016
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	**6.223**	5.812
Aplicações financeiras	7	**2.671**	2.426
Contas a receber	8	**2.809**	2.714
Estoques	9	**12.364**	14.148
Tributos a recuperar		**213**	201
Outros ativos		**455**	764
Total do ativo circulante		**24.733**	**26.065**
Não Circulante			
Depósitos judiciais	14	**907**	865
Tributos a recuperar		**280**	266
Imobilizado	11	**56.426**	61.265
Intangível	11	**108**	117
Total do ativo não circulante		**57.722**	**62.513**
Total do Ativo		**82.455**	**88.578**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	2017	2016
Circulante			
Fornecedores		**3.063**	2.412
Empréstimos e financiamentos	13	**142**	1.670
Salários e encargos sociais		**1.480**	1.646
Tributos a pagar		**886**	642
Partes relacionadas	10	**174**	1.563
Outros passivos		**1.275**	2.108
Total do passivo circulante		**7.019**	**10.041**
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	**76**	99
Provisão para riscos	14	**778**	726
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	**3.211**	3.343
Total do passivo não circulante		**4.065**	**4.168**
Patrimônio Líquido			
Capital social	15.a	**45.000**	45.000
Ajustes de avaliação patrimonial	15.d	**2.462**	2.462
Reserva de lucros	15.c	**23.909**	26.907
Total do patrimônio líquido		**71.371**	74.369
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**82.455**	**88.578**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Capital social	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Lucros retidos	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		**45.000**	**(19)**	**2.462**	**3.415**	**29.704**	**-**	**80.562**
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(4.893)	(4.893)
Dividendos propostos	15.f	-	-	-	-	(1.300)	-	(1.300)
Absorção de prejuízo do exercício		-	-	-	-	(4.893)	4.893	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		**45.000**	**(19)**	**2.462**	**3.415**	**23.511**	**-**	**74.369**
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(3.082)	(3.082)
Juros sobre capital próprio e dividendos não Reclamados		-	-	-	-	94	-	94
Ações em Tesouraria		-	(8)	-	-	-	-	(8)
Absorção de prejuízo do exercício		-	-	-	-	(3.082)	3.082	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2017		**45.000**	**(27)**	**2.462**	**3.415**	**20.523**	**(0)**	**71.372**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 (Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações Sobre a Companhia: A União Brasileira de Vidros S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida Senador Teotônio Vilela, S/N - km 30, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia tem como atividade preponderante a industrialização, a comercialização, a representação, a importação e a exportação de vidros e cristais. Os produtos da Companhia são destinados para os mercados de construção civil e decoração e atendem a diferentes tipos de aplicação, tais como esquadrias, boxes de banheiros, portas, divisórias, móveis e molduras. A Companhia monitora a evolução desses mercados e acredita que há tendência de melhoria no volume de negócios para o próximo exercício. **2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras:** a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. b) Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. c) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados em reais, moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia opera. **3. Principais Políticas Contábeis:** a) Princípios gerais e critérios de reconhecimento de receita: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando puder ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A receita pela venda de mercadorias é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos de propriedade das mercadorias são transferidos ao comprador. Portanto, o reconhecimento ocorre quando o produto é entregue ao comprador. b) Conversão de moeda estrangeira: Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data de encerramento das demonstrações financeiras. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. c) Classificação de ativos e passivos como circulantes e não circulantes: Os ativos com previsão de realização ou que se pretenda vender ou consumir no prazo de 12 meses a partir da data de encerramento das demonstrações financeiras são classificados como ativos circulantes. Os passivos com expectativa de liquidação no prazo de 12 meses a partir da data de encerramento das demonstrações financeiras são classificados como circulantes. Todos os demais ativos e passivos, inclusive impostos diferidos, são classificados como não circulantes. d) Caixa e equivalentes de caixa: Mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido como caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. e) Contas a receber: Registradas pelo montante original da venda, deduzida a provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor estimado de realização. f) Estoques: Apresentados pelo menor valor entre o custo médio e o valor líquido realizável. O custo é determinado utilizando o método de custo médio. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal). Quando aplicável, a provisão para perdas nos estoques é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de recuperar os custos incorridos nos produtos acabados. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor realizável. g) Imobilizado: Terrenos, edificações e benfeitorias, instalações e máquinas e equipamentos são os principais itens do imobilizado e são apresentados pelo valor justo como custo atribuído ou pelo custo de aquisição, combinado com a depreciação dos bens imobilizados pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 11. O ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais. A Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Quando os ativos reavaliados são vendidos, os valores incluídos na reserva de reavaliação são transferidos para lucros acumulados. A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são avaliados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. h) Intangível: Os ativos intangíveis são compostos principalmente por softwares e licenças de uso, os quais são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada ao longo da vida útil-econômica, e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. i) Depósitos judiciais: Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. j) Redução ao valor recuperável de ativos: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Administração não identificou perdas a serem provisionadas. k) Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"). l) Provisões: Geral: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação pode ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Provisão para riscos: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais da Companhia. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. m) Participação nos lucros e resultados: A Companhia possui programa de participação nos lucros e resultados que contempla todos os seus colaboradores em que são estabelecidas metas de redução de desperdício, redução de sucata, aumento da produtividade e redução de acidentes. Esses custos são reconhecidos como salários e encargos e são provisionados na data de encerramento das demonstrações financeiras. n) Ação em tesouraria: Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, na venda, na emissão ou no cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital. o) Distribuição de dividendos: A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida na data de encerramento das demonstrações financeiras com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos por seus atos societários. Os eventuais valores que excederem esse mínimo são registrados somente na data em que esses dividendos adicionais são aprovados pelos acionistas da Companhia. p) Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste em 2017 e 2016. q) Impostos: Imposto de renda e contribuição social - correntes: A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, sendo 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R$240 anuais, para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto, as adições ao lucro contábil de despesa, temporariamente não dedutível, ou exclusões de receita, temporariamente não tributável, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data de encerramento das demonstrações financeiras entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada na data de encerramento das demonstrações financeiras e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. Impostos sobre as vendas: As receitas de vendas estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS às alíquotas vigentes em cada Estado e à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS e pela Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS na modalidade não cumulativa às alíquotas de 1,65% e 7,60%, respectivamente. r) Instrumentos financeiros: Classificação: Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados nas seguintes categorias, nos casos aplicáveis: (i) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (iii) ativos financeiros disponíveis para venda; e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados. Ativos financeiros: (i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia não possuía instrumentos financeiros registrados nas demonstrações financeiras classificados nessa categoria. (ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento: Quando aplicável, compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais, deduzido de provisão para perda do valor recuperável ("impairment"). Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, compreendem as aplicações financeiras (nota explicativa nº 7). (iii) Ativos financeiros disponíveis para venda: Quando aplicável, são incluídos nessa categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas ou não em mercados ativos, mas que possam ter seus valores justos estimados razoavelmente. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia não possuía instrumentos financeiros registrados nas demonstrações financeiras classificados nessa categoria. (iv) Empréstimos e recebíveis: São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de encerramento das demonstrações financeiras, os quais são classificados como ativo não circulante. São mensurados pelo custo amortizado utilizando-se do método de juros efetivos, deduzido de provisão para perda do valor recuperável ("impairment"). A receita com juros é reconhecida pelo método de juros efetivos, exceto quanto aos recebíveis de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros for imaterial. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, compreendem caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 6) e contas a receber (nota explicativa nº 8). Passivos financeiros: Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, são representados por empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 13), contas a pagar a fornecedores e a partes relacionadas (nota explicativa nº 10), os quais são apresentados pelo valor original, acrescido, quando aplicável, de juros e variações monetárias até a data de encerramento das demonstrações financeiras. Os passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. Método da taxa de juros efetiva: Utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial. Mensuração: As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados à demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado. Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Instrumentos financeiros derivativos: Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos. **4. Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas:** Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a Administração faz julgamentos e elabora estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas no melhor julgamento da Administração, na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros. As premissas e estimativas significativas para as demonstrações financeiras estão relacionadas às seguintes áreas: a) Reconhecimento da receita de vendas: Para fazer esse julgamento, a Administração levou em consideração o critério detalhado de reconhecimento da receita oriunda da venda de mercadorias e, em particular, se a Companhia havia transferido para os clientes os riscos e benefícios principais da propriedade das mercadorias. b) Redução dos valores de recuperação dos ativos: Na data de encerramento das demonstrações financeiras, a Companhia revisa os saldos dos bens do ativo imobilizado avaliando a existência de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo por meio do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, quando necessário. c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: Na avaliação da provisão, são utilizadas bases históricas de inadimplência, prazos de recebimento e volumes de perdas incorridas, ajustadas conforme o julgamento da Administração, quando as condições atuais da economia indicam que perdas reais são superiores ou inferiores àquelas sugeridas pela base histórica. As proporções de inadimplência e de perdas e os prazos estimados para recuperações futuras são regularmente analisados com os resultados reais a fim de confirmar a sua aderência. As perdas são reconhecidas no resultado, quando aplicável. d) Provisão para perdas nos estoques: Estimada com base no percentual de histórico de perdas na execução do inventário físico, além de considerar produtos com giro lento ou não vendáveis. e) Vida útil dos bens do imobilizado: A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente na data de encerramento das demonstrações financeiras. Quando aplicável, os efeitos decorrentes de alterações na vida útil remanescente são registrados prospectivamente. f) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: As provisões constituídas para processos judiciais que representam perdas prováveis são estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda é amparada pela opinião dos assessores jurídicos da Companhia. **5. Adoção de Novos Pronunciamentos, Alterações e Interpretação de Pronunciamentos Emitidos Pelo CPC e Normas Editadas não Vigentes:** a) Novas normas e alterações e interpretações de normas: No exercício corrente, a Sociedade avaliou diversas emendas e novas interpretações às "International Financial Reporting Standards - IFRSs" e aos CPCs emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2017, sendo que nenhuma delas trouxe impacto às demonstrações financeiras da Sociedade. Como parte do compromisso de o CPC adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" nas "International Financial Reporting Standards - IFRSs", certas alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB e editadas pelo CPC, e outras ainda não editadas pelo CPC. Os principais pronunciamentos contábeis que sofreram modificações estão descritos a seguir:

Pronunciamento ou interpretação	Descrição
Alterações à IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros (em vigor para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2018)	A IFRS 9/CPC 48 é a primeira norma emitida como parte de um processo mais amplo para substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócio da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A orientação da IAS 39 sobre redução ao valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de "hedge" continua aplicável

Pronunciamento ou interpretação	Descrição
IFRS 16 CPC 6 (R2) - Arrendamento (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, sendo permitida a adoção antecipada)	A IFRS 16 / CPC 6 (R2) introduz um modelo abrangente para identificação de acordos de arrendamento e tratamentos contábeis para arrendadores e arrendatários. A IFRS 16 substituirá as atuais orientações de arrendamento, incluindo a IAS 17 - Arrendamento Mercantil e as correspondentes interpretações a partir da sua data de vigência.
Alterações à IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture" (em vigor para períodos anuais iniciados em, ou após, uma data a ser determinada)	As alterações à IFRS 10 e IAS 28 abordam situações envolvendo a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou "joint venture".
IFRS15/CPC47 - Receitas de Contratos com Clientes (em vigor para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2018)	O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou os possíveis impactos das alterações acima mencionadas não trarão impactos materiais as demonstrações financeiras, exceto quanto as alterações introduzidas pelo IFRS 16/CPC 6 (R2), a qual está em fase de mensuração do potencial impacto pela Administração.

6. Caixa e Equivalentes de Caixa:	2017	2016
Caixa e bancos	520	2.463
Aplicações financeiras (*)	5.703	3.349
Total	6.223	5.812

(*) Referem-se às aplicações financeiras com rendimento entre 98,25% e 99,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

7. Aplicações Financeiras:	2017	2016
Certificados de Depósito Bancários - CDBs	2.671	2.426
Total	2.671	2.426

Referem-se a instrumentos financeiros que serão mantidos até o vencimento, com datas de vencimentos superiores a 90 dias da data da contratação, com remuneração pós-fixada equivalente, em média, a 98% da variação do CDI.

8. Contas a Receber:	2017	2016
No País	2.635	2.901
No exterior	276	230
	2.911	3.131
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(102)	(417)
Total	2.809	2.714

Demonstrações do Resultado - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto o prejuízo por ação)

	Nota explicativa	2017	2016
Receita Líquida de Vendas	16	63.126	67.456
Custo dos produtos vendidos	17	(55.869)	(59.464)
Lucro Bruto		**7.257**	**7.992**
Despesas Operacionais			
Despesas com vendas	17	(2.168)	(2.424)
Despesas gerais e administrativas	17	(6.670)	(7.139)
Outras despesas operacionais, líquidas	18	(2.080)	(5.574)
Prejuízo Operacional Antes do Resultado Financeiro		**(3.660)**	**(7.145)**
Resultado Financeiro			
Despesas financeiras	19	(1.606)	(1.563)
Receitas financeiras	19	887	1.801
		(718)	238
Prejuízo Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**(4.378)**	**(6.907)**
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Diferidos	12	1.296	2.014
Prejuízo do Exercício		**(3.082)**	**(4.893)**
Prejuízo Por Ação - Básico e Diluído			
(Por Lote de Mil Ações) - R$	15.E	(0,0032)	(0,0051)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2017	2016
Prejuízo do Exercício	**(3.082)**	(4.893)
Outros resultados abrangentes	**-**	-
Resultado Abrangente Total do Exercício	**(3.082)**	(4.893)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2017, a análise do vencimento dos saldos de contas a receber é a seguinte:

	2017	2016
A vencer	2.562	2.460
Títulos vencidos:		
De 1 a 30 dias	247	230
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	24
Há mais de 91 dias	102	417
Total	2.911	3.131

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

Em 31 de dezembro de 2015	(791)
Adições	(190)
Baixas	564
Em 31 de dezembro de 2016	(417)
Baixas	315
Em 31 de dezembro de 2017	(102)

9. Estoques:	2017	2016
Produtos acabados	7.768	9.009
Matérias-primas	841	1.713
Produtos em elaboração	153	153
Materiais auxiliares e outros	3.732	3.332
Importações em andamento	-	406
Provisão para perdas	(130)	(465)
Total	12.364	14.148

11. Imobilizado:	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamento de informática	Total em operação	Obras em andamento	Imobilizado total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	5.354	18.407	42.750	206	240	244	67.201	215	67.416
Aquisição	-	-	204	157	25	16	402	1.090	1.492
Alienação (baixa)/transferências	-	29	(879)	(119)	(6)	-	(975)	(837)	(1.812)
Depreciação	-	(356)	(5.312)	(18)	(38)	(107)	(5.831)	-	(5.831)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	5.354	18.080	36.763	226	221	153	60.797	468	61.265
Aquisição	-	-	53	-	20	219	292	2.433	2.725
Alienação (baixa)/transferências	-	610	2.183	-	(3)	3	2.793	(2.815)	(22)
Depreciação	-	(514)	(6.804)	(77)	(40)	(107)	(7.542)	-	(7.542)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5.354	18.176	32.195	149	198	268	56.340	86	56.426
Custo total	5.354	27.338	123.289	381	969	1.039	158.370	86	158.456
Depreciação acumulada	-	(9.162)	(91.094)	(232)	(771)	(771)	(102.030)	-	(102.030)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5.354	18.176	32.195	149	198	268	56.340	86	56.426
Taxas anuais ponderadas de depreciação - %	-	1,7	5,4	16,9	3,3	12,5			

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado, a Companhia avaliou a vida útil-econômica de seu ativo imobilizado e não identificou necessidade de mudança em relação a 2016. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de imobilizado em andamento refere-se à modernização de equipamentos e instalações. A Companhia possui o forno dado como garantia do empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, empréstimo que foi pago em janeiro de 2017.

12. Imposto de Renda e Contribuição Social:	2017	2016
Ativo:		
Crédito tributário:		
Prejuízos fiscais	-	86
Base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	5.168	3.747
Diferenças temporárias	503	830
	5.671	4.663
Passivo:		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e CSLL diferidos sobre diferenças de vida útil do ativo imobilizado	(7.614)	(6.738)
IRPJ e CSLL diferidos ao custo atribuído	(1.268)	(1.268)
	(8.882)	(8.006)
Passivo, líquido	(3.211)	(3.343)

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 está descrita a seguir:

	2017	2016
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(4.378)	(6.907)
Alíquota nominal (25% de imposto de renda e 9% de CSLL)	34%	34%
IRPJ e CSLL, nominais	1.488	2.348
Diferenças permanentes, líquidas	(192)	(334)
Crédito de IRPJ e CSLL no exercício	1.296	2.014
Correntes	-	-
Diferidos	1.296	2.014
Total	1.296	2.014

14. Provisão para Riscos: Na data de encerramento das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a demandas judiciais e administrativas:

	2015	Atualizações	Adições	Baixas	Reclassificação	2016	Atualizações	Adições	Baixas	Reclassificação	2017
Tributários:											
Outros	444	21	-	-	(465)	-	-	-	-	-	
Trabalhistas e previdenciários (*)	673	53	-	-		726	52	-	-	-	778
	1.117	74	-	-	(465)	726	52	-	-	-	778
Depósitos judiciais:											
Trabalhistas e previdenciários	(469)	(10)	(47)	-		(526)	(60)	(156)	193	-	(549)
Outros	(1.291)	(33)	-	985		(339)	(18)	-	-	-	(358)
	(1.760)	(43)	(47)	985		(865)	(79)	(156)	193	-	(907)
Total	(643)	31	(47)	985		(139)	(27)	(156)	193	-	(129)

(*) Consistem, principalmente, em reclamações sobre reconhecimento de paradigmas de funções, diferença da multa do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e responsabilidade subsidiária, com os riscos de perda devidamente provisionados.

Processos com risco de perda possível: A Companhia também está discutindo ações de natureza trabalhista e tributária nos montantes de R$533 e R$2.338 respectivamente (R$5.344 em 31 de dezembro de 2016), envolvendo riscos de perda classificados como possíveis pelos assessores legais da Companhia, para os quais não há provisão constituída. Esses processos não estão sendo provisionados nem classificados como contingências possíveis em virtude dos seguintes fatores: (1) existir jurisprudência pacificada nos órgãos que têm o poder de deliberar de forma definitiva sobre a matéria; (2) os advogados patrocinadores das causas são de opinião que não existem falhas processuais nem outros problemas que poderiam impactar a decisão do processo concreto da Companhia; e (3) os desfechos desses processos não acarretarão redução futura no patrimônio da Companhia. **15. Patrimônio Líquido:** a) Capital social: O capital social, subscrito e integ